

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações do fluxo de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Terminais Fluviais do Brasil S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Terminais Fluviais do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terminais Fluviais do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém transações relevantes com partes relacionadas em condições estabelecidas entre elas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a este assunto.

Não conformidade ou suspeita de não conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis, a Administração, apoiada por especialistas, adotou medidas visando investigar os fatos relacionados à operação conhecida como "Lava Jato", que, dentre outros assuntos, teve como objetivo investigar o envolvimento de um dos acionistas da Companhia em atos ilegais, violação de leis e regulamentos em transações com um dos principais clientes da Companhia. O resultado do processo de investigação interna não identificou riscos potenciais relevantes que possam impactar a continuidade operacional da Companhia, bem como assuntos que possam impactar de forma relevante as suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, porém o processo por parte da Justiça Federal e Ministério Público Federal permanecem em andamento. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita – não relacionadas à fraude

A Companhia exerce o julgamento no reconhecimento de receita, principalmente em relação à se o Grupo está atuando como principal ou agente nas operações de compra e venda de combustível. Existe um risco de reconhecimento de receitas fora da competência nas demonstrações contábeis das empresas da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Documentamos e testamos os principais controles gerais relacionados ao reconhecimento de receita. Em seguida, aplicamos técnicas de auditoria baseadas em análises para obter segurança sobre a reconciliação entre a receita, contas de clientes e recebimentos de clientes.

Desafiamos os julgamentos da Administração sobre se, em seus contratos de compra e venda de combustíveis, a Companhia estava agindo como principal ou agente, revisando as condições contratuais no contexto do CPC 47.

Utilizamos procedimentos analíticos para comparar a receita com as nossas expectativas, definidas com base em nossa compreensão dos negócios da Companhia e do mercado em que ela está inserida. Isso nos permitiu identificar os padrões comerciais e executar procedimentos substantivos de auditoria e amostra de transações. Os resultados de nossos testes nos permitiram concluir de forma razoáveis sobre os saldos e as divulgações relacionadas a este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte definida e mantida pela Administração.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte definida e mantida pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

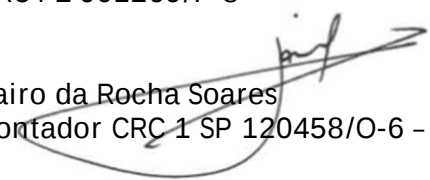


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 21 de março de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC PE 001269/F-8


Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - PE

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2021	2020		Nota explicativa	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.864	12.213	Fornecedores	9	1.874	436
Contas a receber	6	1.925	7.641	Debêntures	13	38.069	35.309
Tributos a recuperar	7	4.091	2.421	Obrigações tributárias	10	5.116	4.980
Adiantamento a fornecedor	22	18	113	Obrigações sociais e trabalhistas		535	460
Despesa antecipada		556	318	Dividendos a pagar	14	2.980	-
Outros créditos		-	37	Outros passivos	16	1.817	145
		24.454	22.743			50.391	41.330
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Obrigações tributárias	10	1.092	552
Mútuo com partes relacionadas	22	48.786	47.814	Debêntures	13	21.931	59.580
Depósitos judiciais	15	8.210	8.214	Adiantamentos de clientes	11	28.045	28.045
		56.996	56.028	Passivo fiscal diferido	12	3.901	4.048
						54.969	92.225
Imobilizado	8	169.749	169.737	Patrimônio líquido			
		169.749	169.737	Capital social		65.736	65.736
				AFAC		1.000	1.000
				Ajuste de avaliação patrimonial		7.573	7.858
				Reservas de lucros		71.530	40.359
						145.839	114.953
Total do ativo				Total do passivo e patrimônio líquido			
		251.199	248.508			251.199	248.508
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.							

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita líquida de vendas	18	82.910	80.796
Custo dos serviços prestados	19	(15.250)	(13.359)
(=) Lucro bruto		67.660	67.437
(+/-) Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(8.244)	(4.796)
Outras receitas operacionais	19	9.359	8.490
		1.115	3.694
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		68.775	71.131
Receitas financeiras	20	2.374	2.172
Despesas financeiras	20	(7.835)	(8.742)
(=) Resultado financeiro líquido		(5.461)	(6.570)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		63.314	64.561
Imposto de Renda e Contribuição Social	21	(16.233)	(17.131)
(=) Lucro líquido do exercício		47.081	47.430

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	47.081	47.430
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	47.081	47.430

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Retenção de lucros						Lucros líquidos/ (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Outras reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial positiva		
Saldos em 1º de janeiro de 2020	65.736	-	159	16.188	-	8.143	-	90.226
Constituição de AFAC	-	1.000	-	-	-	-	-	1.000
Realização do ajuste a valor justo	-	-	-	-	-	(285)	285	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	47.430	47.430
Destinação do lucro líquido								-
Reserva legal	-	-	2.393	-	-	-	(2.393)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	8.344	-	-	(8.344)	-
Ajuste no saldo de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	(839)	-	-	-	(839)
Dividendos intermediários pagos - AGE 28/02/2020	-	-	-	-	-	-	(10.129)	(10.129)
Distribuição de outras reservas de lucro	-	-	-	-	(12.735)	-	-	(12.735)
Outras reservas de lucros	-	-	-	-	26.849	-	(26.849)	-
	65.736	1.000	2.552	23.693	14.114	7.858	-	114.953
Saldos em 31 de dezembro de 2020								
Realização do ajuste a valor justo	-	-	-	-	432	(285)	-	147
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	47.081	47.081
Destinação do lucro líquido								-
Reserva legal	-	-	2.354	-	-	-	(2.354)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	9.154	-	-	(9.154)	-
Distribuição de outras reservas de lucro	-	-	-	-	(15.902)	-	-	(15.902)
Outras reservas de lucros	-	-	-	-	35.133	-	(35.573)	(440)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	65.736	1.000	4.906	32.847	33.777	7.573	-	145.839

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	47.081	47.430
Ajustes para conciliar o lucro líquido/(prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão/(reversão) para contingências	-	-
Depreciação	6.954	7.071
Valor residual do imobilizado baixado	-	30
Juros incorridos e não pagos - debêntures	-	7.082
Tributos diferidos	(147)	-
Lucro do exercício ajustado	53.888	61.613
Acréscimo líquido/(decréscimo) de ativos		
Contas a receber	5.716	2.600
Tributos a recuperar	(2.641)	1.397
Adiantamentos a fornecedores	95	(111)
Despesas antecipadas	37	164
Outros créditos	(238)	52
Depósitos judiciais	4	(8.092)
Acréscimo líquido/(decréscimo) de passivos		
Fornecedores	1.438	223
Obrigações tributárias	676	1.249
Obrigações sociais e trabalhistas	75	(62)
Adiantamento de clientes	-	(3.090)
Outros passivos	1.672	(283)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	60.722	55.660
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(6.966)	(316)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos	(6.966)	(316)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos		
Dividendos a pagar	2.980	-
Dividendo pagos	-	(12.896)
Amortização de debêntures - principal e juros	(34.889)	(38.147)
Empréstimos a partes relacionadas - Ativo	-	(6.570)
Distribuição de outras reservas de lucro	(16.196)	(12.735)
Constituição de AFAC	-	1.000
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamentos	(48.105)	(69.348)
Acréscimo líquido/(decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa	5.651	(14.004)
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	12.213	26.217
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	17.864	12.213
Acréscimo líquido/(decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa	5.651	(14.004)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Terminais Fluviais do Brasil S.A. (“Companhia”), foi constituída em 30 de novembro de 2009, sob a forma de sociedade por ações, com capital fechado, com Sede na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco.

A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços de armazenagem de combustíveis líquidos, serviços auxiliares de apoio marítimo e fluvial, análise técnica e qualitativa de combustíveis líquidos, construção de edificações (residenciais, industriais, comerciais e de serviços), obras de construção civil de outros tipos, serviços de preparação do terreno e montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas, comércio varejista de materiais de construção em geral e suas respectivas atividades secundárias; comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente, comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para construção, mineração e terraplanagem.

Contrato de prestação de serviço com a Petróleo Brasileiro S.A.

A Companhia iniciou suas atividades em março de 2013. Adicionalmente, foi assinado um contrato de prestação de serviço de armazenagem e movimentação de produtos com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) na modalidade *Take or Pay*, com demanda de serviço contratado de dez anos, segundo o qual, independente do uso do serviço pela Petrobrás, o valor será pago. Atualmente, a Companhia tem uma demanda garantida que pode corresponder a faturamentos por prestação de serviço na ordem de R\$ 296.000. A demanda garantida de R\$ 111.628 milhões pelos próximos 15 meses, com histórico recente de performance com 65% acima do volume mínimo. As demais demandas dependem da prestação de serviço por parte da Companhia para ser confirmada como receita a cada período.

1.1. COVID-19

A Companhia, considerando a sua responsabilidade corporativa, adotou uma série de procedimentos objetivando aprimorar a segurança de todos os seus colaboradores e fornecedores, e visando a mitigação dos impactos de alastramento do vírus em suas atividades.

- Reuniões presenciais foram drasticamente reduzidas e eventos internos, cancelados;
- O trabalho remoto foi altamente estimulado, assim como interações por áudio e vídeo.

Adicionalmente, a Companhia vem acompanhando atentamente os impactos do novo Coronavírus (COVID-19) sobre a atividade econômica e os mercados mundiais e, em especial, sobre o mercado brasileiro.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)**

No que tange suas operações, a Companhia não identificou, até o momento, impactos materiais relacionados ao COVID-19.

A Companhia está tomando todas as medidas preventivas de proteção de suas equipes técnicas e orientando os profissionais quanto aos procedimentos de higienização, inclusive nas atividades realizadas em visita a clientes, conforme orientações das autoridades sanitárias.

Como a extensão da duração e efeitos desta crise não são conhecidos, existe risco de impactos relevantes nas operações e nas vendas.

Como por exemplo, o impacto sobre o câmbio, se prolongado, pode ter efeitos sobre a capacidade de investimento da Companhia, impactando por consequência, o plano de investimentos de longo prazo.

Neste contexto, a Empresa avalia continuamente os impactos em suas operações e situação financeira e, principalmente, segue pronta para colaborar com a mitigação dos efeitos desta crise, sempre atenta à proteção de seus colaboradores e às necessidades de seus clientes e da sociedade como um todo.

1.2. Não conformidade ou suspeita de não conformidade com leis e regulamentos, incluindo atos ilegais

Em 13 de dezembro de 2019, a Companhia foi notificada acerca da instauração de processo administrativo de responsabilização (“PAR”) pela Petrobras, visando apurar a prática de eventuais atos lesivos contra a administração pública. O PAR é conduzido sob sigilo por uma Comissão designada para esse fim (“CPAR”). A Companhia, sob o patrocínio do Escritório de Advocacia Mattos Filho, apresentou defesa em 10 de janeiro de 2020 e aguarda julgamento.

Em 26 de novembro de 2020, a Companhia instituiu um Comitê Independente de Investigação, composto por advogados independentes, com know how nas áreas criminal e de compliance e contratou Escritório de Advocacia independente, inclusive com práticas forenses, para avaliar as evidências dos supostos atos alegados, bem como eventual atuação de demais dirigentes da Companhia, cujos resultados da investigação não constataram conduta irregular do dirigente citado no PAR, como também de nenhum outro. Tampouco, foram constatadas quaisquer irregularidades durante o processo de investigação, donde se pode concluir que a acusação do PAR se trata de um fato isolado.

Oportuno ressaltar que desde 30 de maio de 2016, o mencionado dirigente renunciou ao cargo de direção e foi afastado da condição de administrador. Cabendo enfatizar que não pesa sobre os atuais dirigentes da Companhia a imputação de quaisquer condutas irregulares.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)**

Diante dos fatos noticiados, desde 2016 a Companhia vem modernizando seu programa de compliance, tendo revisado e aprimorado seu código de conduta e implementado as políticas de: (i) Compliance, (ii) Doações e Patrocínios, (iii) Brindes, Presentes e Hospitalidades, (iv) Anticorrupção e (v) Anticoncorrencial, com ampla divulgação e capacitação aos Colaboradores, tendo, inclusive, implementado o Canal Independente de Denúncia, sob a gestão de uma Consultoria Independente de renome internacional. Adicionalmente a Companhia: Mantém contrato com uma Consultoria Independente de renome internacional para atividades de investigação forense; Realizou no ano de 2021 uma pesquisa de maturidade em compliance, conduzida por empresa de Consultoria Independente de renome internacional; Implantou a política de conduta em mídias e redes sociais.

Não obstante, no primeiro trimestre do ano de 2021 o referido acionista renunciou ao cargo de administrador das demais empresas que compõe o Grupo Dislub Equador, bem assim reduziu sua participação acionária na Dislub Combustíveis S.A., holding deste grupo econômico, para menos de 5% (cinco por cento).

Finalmente, é oportuno registrar que os resultados do processo de investigação independente, já concluído, não identificaram nenhum impacto financeiro que possa afetar materialmente significativo para as demonstrações contábeis de 2021 ou para os exercícios anteriores em decorrência do fato narrado, além do que a Companhia não recebeu qualquer notificação com a finalidade de rescindir o contrato envolvido no caso em questão e, também, não espera impactos futuros decorrente do processo de apuração de responsabilidades. Eventual modificação nesse entendimento dependerá do resultado do processo em curso no competente órgão julgador, cujo prazo de trâmite não pode ser estimado.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2022. Após a sua emissão, somente os sócios têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)**

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota nº 3.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do lucro líquido do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A estimativa e premissa que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)**

(a) Imposto de Renda, Contribuição Social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao Imposto de Renda e Contribuição Social com base nas alíquotas vigentes. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas.

As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(c) Vida útil dos itens do ativo imobilizado

A Companhia utiliza, para os bens objeto de avaliação patrimonial, as taxas de depreciação calculadas em função do tempo de vida útil remanescente destes bens. Para os demais itens do ativo imobilizado utiliza-se as taxas estabelecidas pelo Fisco para o cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas.

Os ativos e passivos com prazo de recebimento ou vencimento inferior a 12 meses da data do reporte são apresentados como ativos ou passivos circulantes, e os demais ativos e passivos, como não circulantes.

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas nas respectivas notas explicativas.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco do fluxo de caixa associado com taxa de juros de mercado, risco de liquidez e risco de crédito. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Durante os exercícios de 2021 e de 2020, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

(a) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Em relação ao índice de liquidez corrente, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apresenta o seguinte índice:

Índice de liquidez corrente

	2021	2020
Ativo circulante	24.454	22.743
Passivo circulante (*)	47.411	41.330
ILC	0,52	0,55

(*) Para fins de cálculo e demonstração do índice de liquidez corrente os dividendos a pagar foram expurgados. O mesmo será capitalizado pela Companhia em 2022, que corresponde ao montante de R\$ 2.980 registrado no ano de 2021.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Aplicações de liquidez imediata (i)	17.864	12.213
	17.864	12.213

(i) Composto principalmente por aplicações em renda fixa (CDB) e fundos de investimentos, cujo principal objetivo é atingir a remuneração de até 100% do CDI.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

5.1. Política contábil

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

6. Contas a receber de clientes

	2021	2020
Cientes diversos	1.925	7.641
	1.925	7.641
Circulante	1.925	7.641

- (i) Confissão de dívida refere-se à negociação de títulos em atraso com repactuação de parcelas e prazos para sua liquidação. Os encargos financeiros são reconhecidos ao resultado pelo seu correspondente recebido

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a análise do vencimento do saldo de contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	2021	2020
A vencer	1.281	7.631
Vencidos até 30 dias	644	10
	1.925	7.641

As contas a receber não possuem caráter de financiamento e estão avaliadas e registradas inicialmente pelo valor justo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Administração entende que não há qualquer necessidade de provisão de valores para perda.

6.1. Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços de armazenagem no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD” ou impairment). Na prática, são normalmente reconhecidas pelo valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

7. Tributos a recuperar

	2021	2020
IRPJ	2.666	739
CSLL	5	-
ICMS	86	86
PIS	224	214
COFINS	830	1.085
ISS	280	297
	<u>4.091</u>	<u>2.421</u>

7.1. Política contábil

São avaliados pelo custo e não excedem o valor esperado de realização.

8. Imobilizado

a. Composição dos saldos

	Taxa de depreciação	2021			2020
		Custo	Depreciação e amortização	Líquido	Líquido
Terrenos	-	5.613	-	5.613	3.413
Edificações e benfeitorias	2,5%-4%	67.896	(9.070)	58.826	59.805
Máquinas e equipamentos	6,66%-10%	11.290	(7.563)	3.727	4.711
Veículos	20%-33,33%	106	(85)	21	5
Móveis e utensílios	12,5%-33,33%	205	(141)	64	85
Tanques e tubovias	10%-15%	88.874	(19.569)	69.305	72.377
Flutuante	10%-17%	33.694	(7.991)	25.703	26.271
Imobilizado em andamento	-	6.490	-	6.490	3.070
		214.168	(44.419)	169.749	169.737

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

b. Movimentação do ativo imobilizado

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixa	Transferências	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixa	Saldos em 31/12/2021
Custo								
Terrenos	3.413	-	-	-	3.413	2.200	-	5.613
Edificações e benfeitorias	67.729	163	-	4	67.896	-	-	67.896
Máquinas e equipamentos	10.446	39	-	107	10.592	698	-	11.290
Veículos	131	-	-	-	131	17	(42)	106
Móveis e utensílios	202	3	-	-	205	-	-	205
Tanques e tubovias	88.775	-	-	-	88.775	99	-	88.874
Flutuante	33.120	-	-	-	33.120	574	-	33.694
Imobilizado em andamento	3.101	111	(31)	(111)	3.070	3.420	-	6.490
	206.917	316	(31)	-	207.202	7.008	(42)	214.168
Depreciação								
Edificações e benfeitorias	(6.415)	(1.676)	-	-	(8.091)	(979)	-	(9.070)
Máquinas e equipamentos	(4.841)	(1.040)	-	-	(5.881)	(1.682)	-	(7.563)
Veículos	(119)	(8)	1	-	(126)	(1)	42	(85)
Móveis e utensílios	(99)	(21)	-	-	(120)	(21)	-	(141)
Tanques e tubovias	(13.214)	(3.184)	-	-	(16.398)	(3.171)	-	(19.569)
Flutuante	(5.707)	(1.142)	-	-	(6.849)	(1.142)	-	(7.991)
	(30.395)	(7.071)	1	-	(37.465)	(6.996)	42	(44.419)
	176.522	(6.755)	(30)	-	169.737	12	-	169.749

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

8.1. Política contábil

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25-40
Máquinas	10-15
Veículos	3-5
Móveis, utensílios e equipamentos	3-8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

9. Fornecedor

	2021	2020
Fornecedores de materiais diversos	1.572	55
Fornecedores de serviços diversos	302	381
	1.874	436

9.1. Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

10. Obrigações tributárias

	2021	2020
ICMS	3	3
COFINS	1.061	688
PIS	230	149
ISS	394	810
IRRF	34	-
Glosas de despachos decisórios (tributos diversos)	482	482
IRPJ e CSLL	3.646	3.400
Tributos parcelados a recolher	348	-
PIS, COFINS e CSLL - PCC	10	-
	6.208	5.532
Circulante	5.116	4.980
Não circulante	1.092	552

11. Adiantamento de clientes

O saldo de R\$ 28.045, refere-se a adiantamento recebido da Tricon Energy Ltda. por conta de futuras prestações de serviços portuários. A operação entre a Companhia e a Tricon Energy Ltda. teve início em janeiro de 2018, após a conclusão das obras de ampliação da base localizada em Itacoatiara (AM). A segregação do montante adiantado entre curto e longo prazo expressa a expectativa da Administração na realização dos valores recebidos, de acordo com aditivo de contrato realizado em 2020, o que adiou a expectativa de realização para o não circulante.

Esse saldo de adiantamento é reconhecido como receita na Companhia à medida que o serviço é prestado.

12. Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido é referente à movimentação do saldo do ajuste de avaliação patrimonial do ativo imobilizado, em decorrência da adoção do custo atribuído do imobilizado:

	2021	2020
IRPJ	2.868	2.976
CSLL	1.033	1.072
	3.901	4.048

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

12.1. Política contábil

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, quando aplicável, são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos, quando aplicável, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

13. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>Valor</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2020	125.954
Juros incorrido e não pago	7.082
Amortização de juros	(6.272)
Amortização de principal	(31.875)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	94.889
Juros incorrido e não pago	7.487
Amortização de juros	(6.151)
Amortização de principal	(36.225)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	60.000
Circulante	38.069
Não circulante	21.931

O saldo reconhecido no passivo não circulante tem seus vencimentos programados para 2023.

Em 07 de junho de 2018, foi aprovada a emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória em duas séries, com as seguintes características:

- **Valor total da emissão:** 150.000 (cento e cinquenta milhões de reais);
- **Quantidade de debêntures e número de séries:** foram emitidas 15.000 (quinze mil) debêntures, sendo 3.900 (três mil e novecentos) debêntures da 1º (primeira) série e 11.100 (onze mil e cem) debêntures da 2º (segunda) série;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

- **Valor nominal unitário:** R\$ 10 (dez mil reais) por debêntures;
- **Taxa de juros** 100% do CDI + TR 4% a.a.;
- **Data-base da emissão:** 12 de julho de 2018;
- **Data do vencimento:** o vencimento final das debêntures ocorrerá ao término de cinco anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 12 de julho de 2023.

Para a emissão das debêntures, foi exigido pelos debenturistas que a Companhia liquidasse os saldos de empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras. Os recursos obtidos na captação dos recursos pela emissão das debêntures foram aplicados na construção e expansão da planta de armazenamento da Companhia.

(a) Operações de créditos, garantias e restrições contratuais (“covenants”)

Em 31 de dezembro de 2021, todos os covenants foram cumpridos. A seguir, estão descritas as principais obrigações contratuais que, se não cumpridas, sujeitam a Companhia ao pagamento imediato e antecipado das parcelas dos contratos de financiamentos:

- Descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas pela Companhia e/ou fiadores;
- Não comprovação física e/ou financeira da realização do projeto e/ou aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista no contrato;
- A existência de ato definido de autoridade administrativa que impeça a conclusão ou a continuidade do projeto;
- O descumprimento de decisão de autoridade administrativa ou judicial relativa à execução do projeto, ou, caso qualquer autorização, concessão permissão ou licença relevante necessária para o início e/ou desenvolvimento do projeto seja revogada ou modificada, produzindo esse evento um efeito adverso sobre a capacidade da Companhia cumprir todas as obrigações;
- Ocorrência de pedido de autofalência, decretação de falência, deferimento de recuperação judicial ou extrajudicial, ou, ainda, qualquer procedimento judicial análogo nesta alínea, ou suspensão injustificada, a critério razoável do Agente Financeiro, de suas atividades por mais de 30 dias, desde que dentro de tal prazo não tenham sido tomadas medidas para corrigir ou remediar a suspensão;
- Se qualquer das garantias reais ou fidejussórias constituídas no contrato de repasse tornarem-se comprovadamente impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento da dívida, e desde que não sejam substituídas ou complementadas, quando solicitado pelo Agente Financeiro e devidamente efetivadas e registradas pela Companhia;
- O não cumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes de outros contratos firmados com o Agente Financeiro ou terceiros;

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)**

- Decretação de vencimento antecipado de qualquer contrato de financiamento celebrado pelo Agente Financeiro ou BNDES com a Companhia ou seus sucessores e/ou ainda o vencimento antecipado de qualquer outro contrato que qualquer outra empresa pertencente ao grupo econômico do qual a Companhia faz parte, tenha celebrado e/ou venha a celebrar com o Agente Financeiro e/ou BNDES;
- For apurado, pelo Agente Financeiro ou BNDES, qualquer descumprimento, falsidade, imprecisão, incorreção ou omissão imputável à Companhia em qualquer declaração, garantia, informação ou documento que houver sido firmado, prestado ou entregue pela Companhia relativo ao Contrato de Repasse;
- O protesto de títulos contra a Companhia ou seus Controladores, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros e validamente comprovado, se for cancelado ou ainda se o protesto for sustado, em qualquer das hipóteses, no prazo máximo de 30 dias corrido de sua ocorrência;
- Alienação, desapropriação, confisco, oneração ou transferência a qualquer título, ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer tempo, de quaisquer ativos e passivos relacionados ao projeto, para terceiro não previamente aprovado pelo Agente Financeiro e pelo BNDES;
- Se a Companhia tiver seu nome incluído no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo, instituído pelo Banco Central do Brasil;
- Se a Companhia não mantiver em dia o pagamento de todos os tributos federais, estaduais, ou municipais, encargos trabalhistas, previdenciários ou assistenciais, a que esteja ou venha a estar sujeita, bem como tributos incidentes sobre imóveis que constituem garantia dessa operação, observando causa de vencimento antecipado;
- Realização, por qualquer autoridade pública, de qualquer ato com objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente a totalidade ou parte substancial dos bens, ativos ou propriedades adquiridas por força do projeto;
- Inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, de dispositivo que importe em: i) restrições à capacidade de crescimento da Companhia ou seu desenvolvimento tecnológico; ii) restrições de acesso da Companhia a novos mercados; iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- Redução do quadro de pessoal da Companhia, sem atendimento ao disposto no Contrato de Repasse;
- Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Companhia, que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, assédio moral ou sexual, ou crime contra o meio ambiente, sendo que a Companhia declara neste ato a inexistência de referida sentença nesta data;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

- Diplomação como Deputado (a) Federal ou Senado (a), de pessoa que exerça função remunerada na Companhia, ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal, artigo 54, Incisos I e II. Não haverá incidência de encargos de inadimplemento desde que o pagamento da dívida ocorra no prazo de cinco dias úteis a contar da data da diplomação, sob pena de, não fazendo, incidirem os encargos previstos para as hipóteses de vencimento antecipado por inadimplemento;
- A alienação ou oneração, sem prévio consentimento escrito do BNDES e do Agente Financeiro de quaisquer bens compreendidos na hipoteca mencionada no Contrato de Repasse;
- A não manutenção dos bens, compreendidos na hipoteca mencionada no Contrato de Repasse, em perfeito estado de conservação, funcionamento e produtividade, admitido o perecimento decorrente do uso e do tempo;
- Propositura de plano de recuperação judicial ou extrajudicial por qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, pela Companhia;
- Se a Companhia falir ou perder a administração de quaisquer dos bens mencionada no Contrato de Repasse, sem substituí-los;
- A ocorrência de quaisquer outros eventos, que a critério do agente financeiro, possam afetar a capacidade operacional, legal ou financeira da Companhia, ou que possam causar prejuízos à imagem do agente financeiro no contexto da sociedade ou do Sistema Financeiro Nacional (STN).

13.1. Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

14. Dividendos a pagar

A seguir, as movimentações ocorridas no exercício atual:

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021
Saldo inicial	-
(+) Dislub Combustíveis S.A.	2.980
Saldo final	<u>2.980</u>

15. Contingências e depósitos judiciais

A Companhia, baseadas na opinião de seus consultores jurídicos internos e externos, avaliam as probabilidades de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui um montante no valor de R\$ 2.410 de causas classificadas como probabilidade de perda possível e depósitos judiciais, no montante R\$ 8.210.

15.1. Política contábil

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia.

16. Outros passivos

	2021	2020
Contas a pagar concessionárias privadas	63	68
Programa de participação nos lucros e resultados	142	-
Despesas de viagens a pagar	1	-
Demais contas a pagar - Rateio CSC	236	77
Valor a ressarcir por créditos recebidos indevidamente	2	-
Adiantamentos de clientes	1.373	-
	<u>1.817</u>	<u>145</u>

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

16.1. Política contábil

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais.

17. Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social em 2020, é de R\$ 65.736, dividido em 65.736 mil ações, no valor unitário de R\$ 1,00 cada. Conforme composição a seguir:

	2021	2020
Dislub Combustíveis S.A.	65.736	65.736
	<u>65.736</u>	<u>65.736</u>

b. Reservas

Reserva legal

Constituída pelo percentual de 5% do lucro líquido do exercício, que não excederá o limite de 20% do capital social, conforme legislação societária.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 32.847 (R\$ 23.693 em 2020) decorre do benefício fiscal de redução do Imposto de Renda proveniente do lucro da exploração, o qual não pode ser distribuído aos acionistas.

c. Adiantamento para futuro aumento de capital

Conforme AGE de 31/12/2020, foi autorizado a constituição de AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 1.000 decorrente de aporte realizado pelo acionista.

18. Receita operacional líquida

	2021	2020
Operações portuárias	95.853	93.697
Locação de bens imóveis	48	40
	<u>95.901</u>	<u>93.737</u>
COFINS	(6.723)	(6.783)
PIS	(1.460)	(1.473)
ISS	(4.793)	(4.685)
Outros descontos	(15)	-
	<u>(12.991)</u>	<u>(12.941)</u>
Receita operacional líquida	<u>82.910</u>	<u>80.796</u>

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

18.1. Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

19. Custos e despesas por natureza

	2021	2020
Locação de máquinas, equipamentos, imóveis e veículos	(347)	(74)
Utilidades e serviços	(1.334)	(723)
Segurança, vigilância e conservação patrimonial	(3.622)	(1.174)
Seguros	(1.379)	(1.500)
Impostos e taxas	(668)	(735)
Pessoal e encargos	(4.431)	(4.481)
Publicidade de propaganda	(32)	(13)
Manutenção	(932)	(815)
Multas e juros	(58)	(15)
Encargos de depreciação e amortização	(6.107)	(7.071)
Rateios de Gastos Corporativos (i)	(2.826)	(811)
Honorários e serviços profissionais	-	(1.406)
Outras receitas operacionais	7.600	9.153
	(14.135)	(9.665)
Custo dos serviços prestados	(15.250)	(13.359)
Despesas gerais e administrativas	(8.244)	(4.796)
Outras receitas operacionais	9.359	8.490
	(14.135)	(9.665)

20. Resultado financeiro

	2021	2020
Receita financeira		
Juros e multa ativos	2.237	1.820
Descontos obtidos	4	5
Ganhos sobre aplicações financeiras	72	253
Variações cambiais e monetárias ativas	61	94
	2.374	2.172
Despesa financeira		
Juros e multa passivos	(7.611)	(7.956)
Descontos concedidos	(171)	-
Tarifas bancárias	(53)	(53)
Outras despesas financeiras	-	(733)
	(7.835)	(8.742)
	(5.461)	(6.570)

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2021	2020
Imposto de Renda	(11.929)	(12.590)
Contribuição Social	(4.303)	(4.541)
	(16.233)	(17.131)

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

A apuração dos saldos de IRPJ e CSLL do exercício de 2021 está apresentada a seguir:

	2021	2020
Lucro Líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	63.314	64.561
(+) Adições	6.652	6.748
(-) Exclusões	(22.154)	(20.853)
Base de cálculo final	47.812	50.456
IRPJ - 15%	(11.930)	(12.590)
CSLL - 9%	(4.303)	(4.541)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(16.233)	(17.131)

21.1. Política contábil

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

22. Partes relacionadas

(a) Composição de saldos

	2021	2020
Ativo circulante		
Adiantamentos a fornecedores		
GDE Participação e Administração de Bens Ltda.	-	100
	-	100
Mútuo com partes relacionadas		
GDE Participação e Administração de Bens Ltda.	-	6
Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo S.A.	48.786	-
Administradora de Bens de Infraestrutura S.A.	-	47.807
	48.786	47.813
Passivo circulante		
Dividendos a pagar		
Dislub Combustíveis S.A.	(2.980)	-

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
	(2.980)	-
Demais contas a pagar		
GDE Participação e Administração de Bens Ltda.	(235)	(77)
	(235)	(77)
Demonstrações de resultados		
Receita bruta		
Petro Energia Industria e Comércio Ltda.	27	49
	27	49
Despesas gerais e administrativas		
Rateios de Gastos Corporativos - CSC		
GDE Participação e Administração de Bens Ltda.	(2.825)	(811)
	(2.825)	(811)
Resultado financeiro líquido		
Receitas financeiras		
Administradora de Bens de Infraestrutura S.A.	-	(1.299)
Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo S.A.	-	(129)
Petro Energia Industria e Comércio Ltda.	-	(391)
	-	(1.819)

23. Eventos subsequentes

A Companhia declara que não existiram eventos ou condições que ocorreram entre a data base e a data de autorização da emissão dessas demonstrações contábeis que atendam aos requisitos de registro e divulgação.